

Exma. Senhora
Dra. Marina Gonçalves
Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	Nº ENT.:3458/2016	DATA
3878	22-11-2016	464/2017	
548	06-02-2017	564/2018	
541	09-02-2018	PROC. Nº: 6	

ASSUNTO: Pergunta n.º 1445/XIII/2.ª de 22 de novembro de 2016 - Atum
Pergunta n.º 3162/XIII/2ª de 6 de fevereiro de 2017 - Atum
Pergunta n.º 1074/XIII/3ª de 2 de fevereiro de 2018 - Atum



Em resposta às Perguntas n.º 1445/XIII/2ª de 22 de novembro de 2016; 3162/XIII/2ª de 6 de fevereiro de 2017 e 1074/XIII/3ª de 2 de fevereiro de 2018 do Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre o atum, encarregame Sua Excelência a Ministra do Mar, de informar o seguinte:

- 1. Tem o Ministério do Mar dados concretos sobre estes eventos? Há alguma base científica que permita avaliar se será um evento ocasional ou se a população e atum se está a desviar da sua rota habitual?*
- 2. Tem o Ministério do Mar conhecimento de alguma campanha de recolha de dados da EU na costa africana que permita avaliar a evolução a da espécie e respetivas rotas migratórias?*

Existem várias espécies de atuns e todas elas são migradores, apresentando uma grande variabilidade de habitats e inserindo-se em diferentes contextos geográficos. A sua distribuição é muito variável dependendo, sobretudo, das temperaturas e disponibilidade de alimento, não sendo fácil avaliar se existem alterações consistentes nas rotas migratórias.

O patudo, a principal espécie capturada na Região Autónoma dos Açores, é um atum tropical, bem assim como o gaiado, distribuindo-se os juvenis sobretudo em zonas mais quentes como o Golfo da Guiné, mas relativamente a estas espécies existem atualmente preocupações quanto ao estado do recurso, segundo as avaliações realizadas no âmbito da ICCAT (Comissão Internacional para a





Exploração dos Atuns do Atlântico), Organização Regional de Pescas (ORP) que recolhe informação estatística, avalia o estado dos recursos e recomenda medidas de gestão e conservação.

Certo é que, de 2014 até 2016, as descargas de tunídeos na Região registaram um decréscimo abrupto (mais de 50 %) dificultando a sustentabilidade da pesca por parte das embarcações daquela Região Autónoma. Contudo, no ano de 2017, verificou-se uma recuperação significativa nas capturas de atuns na Região, com um aumento de cerca de 95% relativamente ao ano de 2016, devido, essencialmente, a aumentos nas capturas de atum patudo e de atum voador. Em 2018, mantém-se essa tendência de recuperação, tendo, inclusivamente, já sido encerrada a pesca de atum patudo depois de atingida a quota nacional (3837 t) acrescida do limite autorizado de 10% da mesma.

3. Que medidas tem a Senhora Ministra defendido junto da EU no sentido de assegurar a sustentabilidade da espécie e um maior controlo das capturas no Golfo da Guiné?

Tratando-se de espécies capturadas por várias frotas para além da europeia, incluídas em ORP, a gestão da pescaria e o controlo das capturas passa sempre pela cooperação entre os Estados que exploram os recursos e pela implementação das medidas acordadas no âmbito da ICCAT.

A Senhora Ministra do Mar colocou este *dossier* como prioritário tendo havido já reuniões com o Comissário Europeu, Karmenu Vella, alertando para a proliferação a que se tem assistido do uso dos "Fish Aggregation Devices" (FADs), especialmente na costa africana, que têm tido um efeito com impacto imprevisível no futuro de alguns stocks, sendo indispensável implementar medidas precaucionárias e estudar o real efeito destes dispositivos. É importante que se reconheça que a pesca de atum com salto-e-vara, arte de anzol, altamente seletiva, praticada nos Açores e devidamente certificada e reconhecida com os estatutos de *friend of the sea* e *dolphin safe*, deve merecer um tratamento diferente da pesca do atum industrial, predadora, que usa redes de cerco e tecnologias avançadas de deteção e extração. Não é comparável uma técnica artesanal, que pesca um peixe de cada vez, com técnicas intensivas, que em cada lance capturam centenas de toneladas.

Outro dos assuntos apresentados pela Sr^a Ministra refere-se à deslocalização para o Atlântico de embarcações europeias que pescavam com a arte de cerco aos tunídeos em outros oceanos. Esta deslocalização tem provocado desequilíbrios e estamos em crer que também condicionou a abundância de tunídeos no mar dos Açores. Neste momento estão licenciadas a operar na área da Convenção ICCAT 113 cercadoras que capturam atuns tropicais, associadas a FADs, das quais, cerca de 60% pertencem a países da União Europeia.



Uma vez que são os países da União Europeia (Espanha e França) que detém o maior número de embarcações licenciadas, a Senhora Ministra sugeriu à Comissão Europeia para propor uma restrição no número de embarcações licenciadas a operar com a arte de cerco destinadas à captura de tunídeos em todo o Atlântico.

Na reunião anual da ICCAT que ocorrerá em novembro próximo, o Comité Científico da ICCAT apresentará as conclusões da avaliação do atum patudo, que teve lugar no corrente ano, e serão revistas as regras de gestão e conservação em conformidade.

Portugal tudo fará para que as embarcações portuguesas não venham a sofrer quaisquer restrições, tanto mais que não tiveram qualquer responsabilidade na sobre-exploração que se tem verificado quer do atum patudo, quer dos restantes atuns tropicais.

Com os melhores cumprimentos

A Chefe do Gabinete

Ana Paula Fernandes